

ESPECIAL

FATO NOVO, 2
SÁBADO, 30 DE SETEMBRO DE 2017

Serviço não foi concluído
no saguão de entrada

Sem previsão para liberação

Falta de PPCI impede a reabertura do teatro do Centro Cultural e obras estão paradas desde o ano passado

MONTENEGRO - Não existe previsão de liberação do teatro Roberto Atayde Cardona. Em vistoria realizada na última segunda-feira, dia 25, os bombeiros apontaram várias medidas que devem ser tomadas para que seja aprovado o Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndios (PPCI). "Fica difícil regularizar em curto tempo", declarou o secretário municipal de obras, Argus Machado.

Entre as exigências dos bombeiros, conforme o secretário, estariam piso antiderrapante nas escadas (hoje com carpete), barras antipânico, mais saídas de emergência, extintores, luzes de emergência, entre outras. "Tem que reabrir dentro das condições legais, com segurança", ressaltou Argus. O comandante dos bombeiros de Montenegro, Adriano Camargo Lopes, confirma que foi realizada a inspeção e também a avaliação documental do PPCI que está em tramitação. "Foram apontadas algumas adequações necessárias nas medidas de segurança", afirmou.

Em reunião realizada na Câmara de Vereadores na semana passada surgiu à esperança de que o teatro pudesse ser reaberto de forma provisória para que pelo menos as entidades pudessem realizar espetáculos e apresentações agora nos últimos meses do ano, quando ocorrem muitos eventos. Mas isso dificilmente irá ocorrer. O local ainda está sem banheiros, pois as obras no saguão de entrada estão paralisadas. Os banheiros estão sem vasos, pias e outras peças. Os únicos banheiros disponíveis e que estão funcionando são nos camarins. Uma alter-

nativa seria usar banheiros na Fundarte, mas fica mais distante, tendo que dar a volta pelo corredor. Outra opção seria alugar banheiros químicos. Com isso, as entidades estão buscando outras opções para espetáculos na cidade, mas faltam espaços adequados para que a Cidade das Artes tenha grandes eventos.

A Prefeitura ainda estuda a possibilidade de isolar o saguão e fazer a entrada pelo corredor da rua Capitão Porfírio, ao lado da Fundarte. O público poderia entrar no auditório pela porta lateral. Uma empresa já tinha sido contratada para fazer o projeto do PPCI. Como atualmente o teatro está interligado com a Biblioteca e a Fundarte, os bombeiros informaram que seria necessário um plano de prevenção de incêndios de todo o complexo do Centro Cultural. Argus acredita que caso o auditório seja isolado, poderá se ter a liberação do PPCI separado. "Vamos ainda tentar liberar para este final de ano. Dependemos também de recursos para as adequações", explica.

Obras paradas podem ser retomadas

A reportagem do Fato Novo esteve na última quinta-feira no interior do teatro Roberto Cardona e da Biblioteca Pública Hélio Alves de Oliveira.

O auditório do Centro Cultural está em boas condições, incluindo as 364 poltronas. Necessita apenas de uma limpeza e melhorias na iluminação e outros itens. Está fechado desde janeiro deste ano. O problema maior é a falta de banheiros e o cumprimento das exigências do PPCI



Obra da Biblioteca está abandonada

que se tornaram mais rigorosas após a tragédia na boate Kiss em Santa Maria.

O teatro foi interditado para que fossem realizadas as obras de reforma e ampliação da Biblioteca, a qual está fechada faz quase cinco anos. No prédio da biblioteca o cenário é de abandono. Além do mato no corredor pelo acesso da rua Capitão Cruz, foram deixados no interior do prédio ferramentas, materiais de construção, ferragens e andaimes. Está tudo inacabado. A obra é uma das que está sob investigação na Operação Ibiaciá, do Ministério Público, onde são investigadas possíveis irregularidades em licitações. Por isso a empresa que venceu a licitação está impedida de receber e dar

andamento aos trabalhos.

O secretário Argus Machado diz que a Procuradoria Geral do Município está analisando a situação das obras paradas por estarem sob investigação. Além da biblioteca, teatro e em escolas, tem das pavimentações com financiamento do Badesul. "Os recursos para pavimentação estão garantidos", diz Argus, acrescentando que os trabalhos poderão ser retomados. "Estamos solicitando uma audiência no Ministério Público para ver qual a situação dos contratos e como fazer para que as obras continuem. Obras paradas geram prejuízos. Vamos ver o caminho para resolver", declarou o prefeito Carlos Eduardo Müller (Kadu). (GSB)

